

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A análise económico-financeira apresentada sintetiza e analisa os resultados obtidos pelo Município de Ílhavo, reportados a 31 de dezembro de 2014.

A atividade de um Município reveste-se de aspetos muito específicos, que em vários aspetos se diferenciam de uma qualquer empresa, sem prejuízo de uma despublicização que se tem verificado nos últimos anos e que se está a acentuar, estando o enfoque, hoje, mais direcionado para os resultados de determinada atividade do que na Entidade que o realiza (pública/privada). De facto, enquanto estas últimas transformam e/ou comercializam bens ou prestam serviços, com o objetivo de maximizar o seu lucro, importante parte da atividade dos Municípios está focada, não na produção de bens ou serviços, mas sim na satisfação das necessidades dos munícipes e desta forma contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Importa referir desde já, que depois de no ano de 2013 e pela primeira vez termos considerado a amortização do exercício e consequentemente a contabilização das amortizações acumuladas de modo a apurar de uma forma mais próxima a realidade patrimonial do Município, este ano prosseguimos com a melhoria da aplicação dos princípios contabilísticos, do qual se destaca o princípio da especialização do exercício aplicado aos impostos diretos como o IMI, Derrama e Participação no IRS, em que o proveito do exercício não se apura no momento do seu recebimento mas sim no ano da sua liquidação. Este novo mecanismo faz com que no ano de 2014, e por ser o primeiro, os valores de acréscimo de proveitos tenha um aumento substancial o mesmo acontecendo com a rubrica de Resultados Transitados que serviu de contrapartida por crédito.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

ATIVO

Descrição	2014	%	2013	%
ATIVO FIXO				
Bens de Domínio Público	49.871.475,86 €	28,51	49.757.782,79 €	30,95
Imobilizado Incorpóreo	0,00 €	0,00	63.486,56 €	0,04
Imobilizado Corpóreo	103.295.426,06 €	59,05	101.046.183,44 €	62,85
Investimentos Financeiros	4.766.116,10 €	2,72	3.609.414,74 €	2,24
Total Ativo Fixo	157.933.018,02 €	90,28	154.476.867,53 €	96,08
ATIVO CIRCULANTE				
Existências	251.456,55 €	0,14	241.998,88 €	0,15
Dívidas de Terceiros	3.049.985,14 €	1,74	2.681.527,69 €	1,67
Disponibilidades	3.697.805,00 €	2,11	3.023.406,99 €	1,88
Total Ativo Circulante	6.999.246,69 €	4,00	5.946.933,56 €	3,70
Acréscimos de Proveitos	9.943.773,37 €	5,68	351.726,81 €	0,22
Custos Diferidos	57.654,98 €	0,03	2.604,54 €	0,00
TOTAL DO ATIVO	174.933.693,06 €	100,00	160.778.132,44 €	100,00

Estrutura do Ativo

Imobilizado

O investimento continuado nos diversos objetivos e programas preconizados pelo Município e espelhados no Plano Plurianual de Investimento continuam, apesar da crise económico financeira que o País atravessa e da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso a espelhar uma boa capacidade de investimento do Município.

E tanto assim é que o acréscimo verificado na rubrica do ativo fixo líquido (investimento após correção das regularizações e amortizações) em 2014, apesar de todas as dificuldades cifrou-se em 3.456.150,49€, dos quais 1.156.701,36€ correspondem ao valor da contribuição do Município no âmbito da realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM).

O ativo fixo corresponde a 90,28% do total do ativo, quando no ano de 2013 era de 96,08%, correspondendo ainda a um aumento no total do ativo fixo em 2,24% relativamente ao exercício anterior.

Do valor de investimento financeiro temos que 469.525,00€ se encontra subscrito mas ainda não realizado (Capital da AdRA, PCI e Polis).

O valor do ativo fixo em balanço é de 157.933.018,02€ correspondendo a um aumento de 2,24% se comparado com 2013, o que é de destacar face ao valor já elevado do denominador.

Dívidas de terceiros

O valor da rubrica dívidas de terceiros contabilizadas no final de 2014 sofreu um acréscimo de 368.457,45€ relativamente a 2013, cifrando-se em 3.049.985,14€.

Nesta rubrica estão considerados valores como o de “clientes a receber”, designadamente RSU – Resíduos Sólidos Urbanos, a transferir da AdRA,S.A., bem como dívidas de outras entidades com contrato estabelecido, como sejam:

- Fundos comunitários submetidos: 1.270.280,60€;
- Ministério da Cultura / IPLB (Biblioteca Municipal): 94.529,00€;
- SIMRIA (faturação de caudais contratuais – reais): 1.232.172,19€;

Disponibilidades

Quanto às disponibilidades (operações orçamentais e não orçamentais), estas representam um saldo de 3.697.805,00€. Desta forma e estabelecendo um paralelismo com o exercício de 2013 nota-se um acréscimo percentual.

É importante, no entanto, frisar que neste montante está uma verba aproximada de 2,0 M€ relativa ao Imposto Municipal de Imóveis, recebida a 19 de dezembro o que não possibilitou a sua utilização ainda em 2014. Igualmente se considera uma caução de 1.057.185,00€ relativo a operações urbanísticas, no caso do PCI – Parque de Ciência e Inovação.

Acréscimos e Diferimentos

Verifica-se que os mesmos representam 5,72% do ativo no ano de 2014, mencionado nas rubricas de acréscimos de proveitos e de custos diferidos.

Conforme já referimos acima o aumento da rubrica de Acréscimos de Proveitos resulta da nova política de contabilização dos impostos diretos que neste ano e por ser o primeiro origina este aumento, meramente contabilístico.

Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

Descrição	2014	%	2013	%
PATRIMÓNIO, RESERVAS E RESULTADOS				
Património	82.083.692,96 €	46,92	81.083.692,96 €	50,43
Reservas e Doações	7.534.663,56 €	4,31	6.509.923,56 €	4,05
Resultados Transitados	10.386.547,94 €	5,94	776.817,30 €	0,48
Resultado Líquido do Exercício	3.889.606,47 €	2,22	2.561.900,56 €	1,59
Total dos Fundos Próprios	103.894.510,93 €	59,39	90.932.334,38 €	56,56
PASSIVO				
Dívidas a Terceiros - M/L Prazo	18.502.940,42 €	10,58	18.511.079,91 €	11,51
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	4.273.398,90 €	2,44	4.667.358,03 €	2,90
Acréscimos de Custos	610.386,20 €	0,35	600.716,14 €	0,37
Proveitos Diferidos	47.652.456,61 €	27,24	46.066.643,98 €	28,65
Total do Passivo	71.039.182,13 €	40,61	69.845.798,06 €	43,44
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	174.933.693,06 €	100,00	160.778.132,44 €	100,00

Fundos Próprios

No final do exercício de 2014, o saldo dos fundos próprios do Município era de 103.894.510,93€, correspondendo a uma variação positiva de 12.962.176,55€, ou seja 14,25%, face ao exercício de 2013.

Deste aumento, 9.112.342,04€ resultam do princípio contabilístico do acréscimo aplicado nos impostos diretos e o restante a distribuição de resultados bem como a pequenas regularizações de património, em que se utilizou esta conta por contrapartida.

Dívidas a terceiros M/L Prazo

Verificou-se uma ligeira diminuição nas dívidas de médio/longo prazo, em 0,04%, mas irreal dado que 1,2M€ respeita ao valor da SIMRIA, que será liquidado por conta de dividendos e que até agora era considerada uma dívida de curto prazo, e o remanescente corresponde ao registo contabilístico relativo à realização do capital social do FAM, conforme referido anteriormente.

De referir ainda que o empréstimo bancário regista o montante referente ao período de médio e longo prazo, no caso a parcela que se vence para além do ano $n+1$.

Acrescenta-se ainda que o Município de Ílhavo continua, como sempre, a cumprir o serviço da dívida nos seus empréstimos bancários, pese embora por os serviços não terem acautelado em tempo útil a transferência da conta da CGD para outros bancos se terem verificado a assunção de 12,10€ de juros.

Dívidas a terceiros Curto Prazo

Já que no que concerne a dívidas a terceiros de curto prazo, que aqui inclui também empréstimos mas cuja parcela se vence logo no ano seguinte ($n+1$), houve uma diminuição também esta que não corresponde à realidade dado que cerca de 1M€ respeita como já vimos a uma caução apresentada no âmbito de operações urbanísticas e que a 31 de dezembro se encontravam em caixa, sendo apenas dívida contabilística e por outro a dívida à SIMRIA deixou de ser considerada de curto prazo e passou a ser de médio e longo prazo, dado que será regularizada por dividendos futuros.

Acréscimos e Diferimentos

Verifica-se que os mesmos representam 27,59% dos fundos próprios e passivo no ano de 2014, evidenciado nas rubricas de acréscimos de custos e de proveitos diferidos e que respeita no essencial a fundos comunitários recebidos para comparticipações de obras e que agora são transferidas para a conta de proveitos extraordinários – subsídios para investimento, acompanhando proporcionalmente as respetivas amortizações

ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Proveitos

Quadro dos Proveitos

Descrição	2014	%	2013	%
Vendas e Prestações de Serviços	2.528.224,44 €	11,65	2.623.203,65 €	12,93
Impostos e Taxas	10.538.414,72 €	48,57	8.785.060,86 €	43,29
Variação da Produção	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
Proveitos Suplementares	29.724,84 €	0,14	29.122,09 €	0,14
Transferências e Subsídios Obtidos	6.424.740,76 €	29,61	6.470.652,09 €	31,89
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	73.477,47 €	0,34	35.186,76 €	0,17
Proveitos e Ganhos Financeiros	588.096,49 €	2,71	805.125,11 €	3,97
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.514.200,18 €	6,98	1.544.317,40 €	7,61
Total de Proveitos	21.696.878,90 €	100,00	20.292.667,96 €	100,00

As rubricas mais significativas na estrutura dos proveitos são as de “*Impostos e taxas*” e “*Transferências e subsídios obtidos*” que representam respetivamente, 48,57% e 29,61%. O peso da primeira das rubricas, em termos de valor, registou um aumento relativamente ao exercício anterior, salientando-se aqui o acréscimo verificado nas rubricas do imposto municipal s/ imóveis e do imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis que passaram de 5.792.106,84€ e 1.244.336,92€, em 2013, para 7.254.756,14€ e 1.641.852,36€ em 2014, respetivamente.

Nota-se um aumento da dependência do Município relativamente à rubrica de receitas “Impostos e Taxas”, que passou de 43,29% para 48,57%, podendo sujeitar o Município a oscilações anuais, em função do consagrado na Lei do Orçamento de Estado para cada ano ou daquilo que for decidido pelos órgãos municipais em cada ano relativamente às taxas de IMI.

Na rubrica “*Vendas e Prestações de Serviços*” notou-se em 2014 um insignificante decréscimo de 94.979,21€, comparativamente com o exercício anterior.

Na rubrica de “*Proveitos e Ganhos Financeiros*” a diminuição verificado justifica-se em parte pela distribuição de dividendos das entidades AdRA, ERSUC, dos exercícios de 2011 e 2012, e

SIMRIA, no montante de 355.445,49€, enquanto que em 2014 a distribuição de dividendos respeitou apenas ao período imediatamente anterior.

Em termos absolutos, verificou-se um aumento de 1.404.210,94€, nos proveitos relativamente ao exercício de 2013, correspondendo a um acréscimo de 6,92%,

Custos

Quadro dos Custos

Descrição	2014	%	2013	%
CMVMC	8.655,21 €	0,05	6.672,76 €	0,04
Fornecimentos e Serviços Externos	7.168.531,74 €	40,26	7.433.629,44 €	41,93
Custos com o Pessoal	4.463.811,67 €	25,07	4.613.032,56 €	26,02
Transf. e Subsídios Concedidos e Prestações Sociais	303.341,64 €	1,70	266.823,10 €	1,50
Amortizações do Exercício	3.739.634,71 €	21,00	3.954.676,29 €	22,30
Provisões do Exercício	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
Outros Custos e Perdas Operacionais	46.554,20 €	0,26	99.052,77 €	0,56
Custos e Perdas Financeiras	372.387,79 €	2,09	384.588,15 €	2,17
Custos e Perdas Extraordinárias	1.704.355,47 €	9,57	972.292,33 €	5,48
Total de Custos	17.807.272,43 €	100,00	17.730.767,40 €	100,00

As rubricas mais preponderantes na estrutura de custos, são os “*Fornecimentos e serviços externos*” e os “*Custos com o pessoal*”, que representam 40,26% e 25,07%, respetivamente, percentagens que denotam uma ligeira diminuição relativamente às verificadas em 2013, o que demonstra um bom controlo dos custos.

Na rubrica de “*Custos e perdas extraordinárias*” regista-se um acréscimo de 732.063,14€, em parte explicado pela transferência realizada para as freguesias que se cifrou em 200.000,00€ e num subsídio pontual atribuído à Universidade de Aveiro, no valor de 130.000,00€, no âmbito do projeto de investimento “Ecomare”, bem como a um conjunto de regularizações a nível de património.

Resultados

Resultados Operacionais

Descrição	2014	2013	Varição
Proveitos Operacionais			
Vendas e Prestações de Serviços	2.528.224,44 €	2.623.203,65 €	-94.979,21 €
Impostos e Taxas	10.538.414,72 €	8.785.060,86 €	1.753.353,86 €
Proveitos Suplementares	29.724,84 €	29.122,09 €	602,75 €
Transferências e Subsídios Obtidos	6.424.740,76 €	6.470.652,09 €	-45.911,33 €
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	73.477,47 €	35.186,76 €	38.290,71 €
Sub-total	19.594.582,23 €	17.943.225,45 €	1.651.356,78 €
Custos Operacionais			
CMVMC	8.655,21 €	6.672,76 €	1.982,45 €
Fornecimentos e Serviços Externos	7.168.531,74 €	7.433.629,44 €	-265.097,70 €
Custos com o Pessoal	4.463.811,67 €	4.613.032,56 €	-149.220,89 €
Transf. e Subsídios Concedidos e Prestações Sociais	303.341,64 €	266.823,10 €	36.518,54 €
Amortizações do Exercício	3.739.634,71 €	3.954.676,29 €	-215.041,58 €
Provisões do Exercício	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros Custos e Perdas Operacionais	46.554,20 €	99.052,77 €	-52.498,57 €
Sub-total	15.730.529,17 €	16.373.886,92 €	-643.357,75 €
Resultados Operacionais	3.864.053,06 €	1.569.338,53 €	2.294.714,53 €

A análise do quadro dos resultados operacionais, permite-nos concluir que as operações resultantes da atividade normal do Município, pese embora a diminuição da atividade económica traduziram um aumento do seu valor em aproximadamente 2,3M€, justificado quer pelo aumento do valor dos impostos diretos quer pela manutenção/redução dos custos de estrutura.

Resultados Financeiros

Descrição	2014	2013	Varição
Proveitos e Ganhos Financeiros	588.096,49 €	805.125,11 €	-217.028,62 €
Custos e Perdas Financeiras	372.387,79 €	384.588,15 €	-12.200,36 €
Resultados Financeiros	215.708,70 €	420.536,96 €	-204.828,26 €

Notou-se um decréscimo em valores absolutos mas já explicados acima pela distribuição de dividendos por parte da AdRA, ERSUC e SIMRIA, que em 2013 respeitou à decisão de atribuir dividendos de dois anos (2011 e 2012).

Resultados Extraordinários

Descrição	2014	2013	Varição
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.514.200,18 €	1.544.317,40 €	-30.117,22 €
Custos e Perdas Extraordinárias	1.704.355,47 €	972.292,33 €	732.063,14 €
Resultados Extraordinários	-190.155,29 €	572.025,07 €	-762.180,36 €

Na análise efetuada aos resultados extraordinários, fica demonstrado um acréscimo relativamente ao exercício anterior, apresentando uma variação negativa de 190.155,29€, pelo comportamento da rubrica de Custos que teve um aumento apreciável, explicado pelo aumento do valor respeitante a acordos de cooperação, pela retoma do apoio às Juntas de Freguesia, pelo apoio extraordinário à Universidade de Aveiro (ECOMARE).

Quadro dos Resultados

Descrição	2014	2013	Varição
Resultados Operacionais	3.864.053,06 €	1.569.338,53 €	2.294.714,53 €
Resultados Financeiros	215.708,70 €	420.536,96 €	-204.828,26 €
Resultados Correntes	4.079.761,76 €	1.989.875,49 €	2.089.886,27 €
Resultados Extraordinários	-190.155,29 €	572.025,07 €	-762.180,36 €
Resultado Líquido do Exercício	3.889.606,47 €	2.561.900,56 €	1.327.705,91 €

Relativamente aos resultados correntes, obtidos pela soma algébrica dos resultados operacionais com os resultados financeiros, estes cifram-se no montante de 4.079.761,76€, contra 1.989.875,49€ em 2013.

O Município de Ílhavo encerrou as suas contas referente ao exercício económico de 2014 com um resultado líquido de 3.889.606,47€, o que é de salientar em mais um ano particularmente difícil, com a manutenção de uma fraca atividade económica mas que demonstra que as medidas que têm sido tomadas para a redução de custos, se traduziram em sucesso, mais ainda se conjugarmos com o bom investimento realizado, cerca de 6M€, com a manutenção da maioria dos eventos municipais já tradicionais e de toda a atividade normal de um Município sem esquecer como acima referimos o retomar do apoio às Juntas de Freguesia, em 2014 de 200.000,00€.

Rácios

Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo Total)

Este rácio indica a capacidade para solver os compromissos de carácter financeiro.

O valor indicado por este rácio é de 1,46% (1,30% em 2013) ou seja, o valor do património é suficiente para cobrir todas as dívidas do Município, tendo até o Município aumentado o seu valor em 15%.

Autonomia Financeira (Fundos Próprios / Ativo Líquido)

O rácio de autonomia financeira expressa a participação do capital próprio no financiamento do Município. Neste caso o rácio apresenta um valor de 0,59% (0,57% em 2013) o que significa que este Município apresenta e mantém um bom grau de autonomia financeira, até porque em 2012, antes da introdução do valor das amortizações do exercício/acumuladas, o resultado era de 0,60%.

Os valores obtidos nos rácios apresentados demonstram que o Município tem capacidade de satisfazer os seus compromissos financeiros de longo prazo e melhorou até a percentagem de 2013 para 2014.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, facilmente se conclui que este Município possui uma boa robustez financeira, destacando-se o excelente relacionamento com os fornecedores que permite uma tranquila gestão de tesouraria.

A operação realizada com a adesão ao PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, mostrou-se um sucesso, permitindo o cumprimento do objetivo da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, pagando aos fornecedores atempadamente e os empréstimos na data acordada, mantendo-se a política que tem sido seguida numa maior seletividade do investimento e numa política de manutenção de custos, adaptando-se assim o Município a uma nova lógica de gestão, mais comedida designadamente nos investimentos.

Destaca-se que o Município de Ílhavo manter-se-á longe do novo limite legal de dívida total previsto na nova lei das finanças locais que entrou em vigor a 01 de janeiro de 2014, tem dos mais baixos índices na relação trabalhadores/população e a produtividade daqueles é de excelência.

De acordo com os dados relativos ao último trimestre publicados (3º Trimestre) pela DGAL o prazo médio de pagamentos é de 41 dias, e o limite da dívida da autarquia em relação à receita corrente é de 75% quando o limite legal é de 150%.

Finalmente o Município não recorreu a nenhum financiamento bancário de curto prazo, nem participa em empresas municipais.